

LUTAS DESCOLONIAIS NO HAITI CONTEMPORÂNEO

o legado radical da Universidade Pública haitiana e seu movimento estudantil

Pâmela Marconatto Marques¹

Maria Elly Herz Genro²

Resumo: Este estudo é dedicado à apresentação e análise da Universidade de Estado do Haiti - única universidade pública do país - e sua história de luta, de confronto e resistência, que continua profundamente desconhecida entre seus vizinhos latino-americanos, entre os quais inclui-se o Brasil. Entendemos que essa ignorância não se limita à Universidade do Haiti, em particular, mas se estende ao país de modo geral, cuja compreensão mais densa e complexa tem sido obstaculizada por uma cobertura midiática marcada pela exacerbação do exotismo, da pobreza e da tragédia haitiana. Percebendo um recrudescimento desses discursos etnocêntricos a partir do terremoto de janeiro de 2010, propomos uma análise casuística dos relatórios que vem sendo escritos sobre a Universidade Pública Haitiana e seu confronto com o que vem sendo dito “desde dentro”, pelos estudantes universitários haitianos, que, ao desestabilizarem certezas e estereótipos, afirmam-se por seu espírito descolonial.

Palavras-chave: Universidade de Estado do Haiti. Descolonização. Movimentos estudantis.

Abstract: This study is dedicated to the presentation and analysis of the State University of Haiti – the only public university in the country - and its history of struggle, confrontation and resistance, which remains deeply unknown among its Latin American neighbors, among which Brazil is included. We understand that this ignorance is not limited to the University of Haiti, in particular, but extends to the country in general, the more dense and complex understanding has been hindered by a media coverage marked by the exacerbation of exoticism, poverty and the Haitian tragedy. Noticing a reinforcement of these ethnocentric discourse from the January 2010 earthquake, we propose a case by case analysis of the reports that have been written about the Haitian Public University and his confrontation with what is being said "from within", the Haitian college students, that destabilizing certainties and stereotypes, assert themselves by their de-colonial spirit.

Keywords: State University of Haiti. decolonization. Student movements.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Educação (UFRGS) e em Integração Latinoamericana (UFSM). Socióloga. E-mail: pmarconatto@gmail.com

² Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação pela UFRGS.

Introdução

Michel-Rolph Trouillot, um dos mais importantes e reconhecidos antropólogos haitianos, publicou, em 1995, a obra *Silencing the past: Power and Production of History*. Nela, Trouillot chama a atenção para a ambiguidade, em muitos dos idiomas modernos, da palavra história, cujo uso vernacular indicaria tanto “o que se viveu” como “aquilo que se disse ter acontecido”. Haveria, assim, uma distinção explícita – mas nem sempre tornada consciente - da história como processo - da qual os seres humanos participam como atores - e da história como narrativa - da qual os seres humanos participam como narradores. Sobre tal divisão, Trouillot adverte que “desigualdades experienciadas pelos seres humanos enquanto atores, repercutirão em poder assimétrico sobre a escolha dos fatos a serem inscritos como história” (TROUILLOT 1995: 48).

Ao admitir que uma pluralidade de seres humanos, atravessados por relações de poder e subalternidade, pode produzir diferentes narrativas sobre processos e eventos sociais, mas que a maior parte de nós acessará uma única e artificialmente harmoniosa versão da história, Trouillot reconhece que algumas das narrativas produzidas são violentamente silenciadas. Em relação a esse silêncio, o autor afirma: “trata-se [o silêncio] de um processo ativo e transitivo: alguém silencia um fato ou um indivíduo como um silenciador silencia uma arma” (idem) .

A historiografia haitiana é apresentada como um dos exemplos mais contundentes desse silêncio imposto, que se revela como engajamento e não como omissão, através de fórmulas que Trouillot identifica como “fórmulas de encobrimento” e “fórmulas de banalização”. Seus mecanismos seriam, respectivamente, a “não menção” intencional de eventos tão importantes quanto à Revolução Haitiana nos livros de história produzidos no Ocidente e a depreciação do sentido desse processo, quando é mencionado (TROUILLOT 1995: 04).

A leitura feita por Trouillot sobre o encobrimento e/ou banalização produzidos em relação à Revolução Haitiana pela historiografia europeia desafia-me a pensar sobre a densidade com que nós, seus vizinhos latino-americanos, conhecemos não apenas esse evento paradigmático, mas a história haitiana de forma geral e, de modo ainda mais enfático, seu presente. Parece-me claro, nesse ponto, que há toda uma construção a ser empreendida, que todo um país necessita ser retirado do silêncio opressor que tem-se quebrado apenas para dar

vão a discursos essencialistas e etnocêntricos sobre o país. Esses discursos, quase sempre, empenham-se em justificar práticas que só podem ser definidas como coloniais na medida em que se apresentam como caminho/instrumento de salvação do país de sua “impossibilidade de existir por si próprio” ou de “resolver seus próprios problemas” e povoam relatórios internacionais de todos os gêneros, além de inspirar receituários para a superação da suposta inviabilidade do país, em geral, e da precariedade de sua Universidade Pública, em particular. Nos parecem, assim, herdeiros dos discursos coloniais que pregavam a inferioridade da raça negra e sua incapacidade de grandes feitos.

Parece-nos, ainda, que a existência de uma instituição “de elite”, como é entendida a Universidade, em um contexto absolutamente periférico, associado à miséria e à privação, causa incômodo, perplexidade e confusão naqueles que se consideram os legítimos criadores de tal instituição e definidores de seus contornos e rumos. Tudo se passa como se um país que figura na lista dos mais pobres do mundo, engajado em não perecer de fome e doença, não pudesse “dar-se ao luxo” de ter uma Universidade e menos ainda de reclamar uma Universidade distinta.

Talvez a razão do incômodo esteja na desestabilização causada pela constatação de que há pensamento autônomo em contextos tidos como “tábulas rasas”, onde a alteridade é concebida enquanto “espaço vazio”(MENESES, 2010). Imaginamos que o Haiti “inventado” por seus antigos colonizadores/invasores seja um desses espaços tidos como “inviáveis”, onde só há novidade trazida “de fora” e implementada “de cima”. O Haiti inventado é um Haiti arcaico, um espaço anacrônico na moldura tecida pela modernidade, lugar espúrio de sofrimento e privação, ambiente homogêneo, totalizante e determinado, sem lugar para a diferença, o desvio, a invenção, a possibilidade. Tal como o “*Orientalismo*” denunciado por Sayd³, acreditamos que se possa falar em um “Haitianismo”, inventado pelo centro hegemônico, difundido com ajuda das agências multilaterais a seu serviço e da mídia internacional, ávida por estereótipos trágicos.

É nesse sentido que, nos parece, vem sendo percebida e analisada a Universidade de Estado do Haiti (UEH), única Universidade Pública do país, por uma série de agências multilaterais, ONGs, Institutos internacionais de pesquisa e governos estrangeiros, empenhados em “auxiliar a reconstrução do Haiti” e de sua Universidade, por meio de uma série de relatórios, recomendações e planos de ação, que apesar de já virem sendo produzidos desde antes do terremoto de 2010, ganham reforços após a tragédia. Tudo se passa como se a

³ Em “*Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*”, Sayd denuncia a invenção de um “Oriente” exótico e distante pelo “Ocidente”, que só existe na medida em que afirma a superioridade do segundo.

precariedade da educação haitiana pós-terremoto estivesse a fornecer uma inelutável “razão de ser” às centenas de organizações estrangeiras presentes no país, justificando sua permanência e conferindo-lhes o reconhecimento e a importância buscados. O Haiti **real** perde cada vez mais espaço nesse cenário inventado, discursado, fotografado e reproduzido hermeticamente, a ponto de se tornar imperiosa a divulgação de outras versões, outras dimensões, outros olhares sobre o Haiti. Aí se inscreve essa narrativa sobre a Universidade Pública no país.

Interessa-nos retirar do silenciamento imposto – instrumentalizado ora pelo encobrimento, ora pela banalização – as narrativas de luta, confronto e resistência que compõem a história da UEH e, mais especificamente, a atuação de seu movimento estudantil, numa clara reivindicação pelo “direito à história” (MENESES, 2010) negado a esses atores.

As origens da Universidade Haitiana e a irrupção do movimento estudantil

O desejo de ter, em solo haitiano, instituições dedicadas à formação de uma elite ilustrada, capaz de gerir o país, é tão antigo quanto a própria Independência nacional. Já em 1815, quando a parte Norte do país se encontrava sob o Reino de Henri Christophe, uma “*Academia Real*” foi fundada, compreendendo Escolas de Medicina, Cirurgia e Farmácia, Artes e Ofícios e Agricultura (NASCIMENTO; THOMAZ 2010: 54).

Seguiram-se à queda de Christophe (e de sua Academia) outras tentativas, igualmente efêmeras, de instituir uma Academia Nacional no Haiti, até que em 12 de Janeiro de 1860, ocorreu a fundação do primeiro estabelecimento público de Ensino Superior no país: A Escola de Direito, SSB a coordenação do intelectual haitiano Antenor Firmin⁴. Seguiu-se o surgimento de outras unidades autônomas até que, em 1941, foi criado por Jacques Roumain o “*Bureau d’Ethnologie*”, lugar de discussão e problematização da identidade haitiana partindo do *noirisme* e sua invocação da herança africana e da sabedoria popular. É nesse

⁴ Firmin foi autor da obra “Da igualdade natural das raças humanas”, um tratado considerado por muitos o berço da antropologia moderna, escrito para confrontar o “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” do francês Gobineau. Sobre a obra de Firmin, Omar Ribeiro Thomaz entende que: “*é nela que temos um dos primeiros esforços sistemáticos em demonstrar que a diversidade entre os homens não encontrar-se-ia na raça, conceito inoperante quando da Humanidade se tratava, mas na História, nos feitos dos grandes homens, e na liberdade de todos e de cada um. Firmin não vai apenas à História — da Europa, da Ásia, do Haiti e da África — mas também procura lembrar a seus contemporâneos franceses o retrocesso representado pelo pensamento racista diante dos próprios avanços do pensamento filosófico europeu anterior. Infelizmente, a obra de Antenor Firmin permaneceu em grande medida desconhecida, mesmo para o público francês, tendo apenas recentemente recebido uma versão em inglês*”. (THOMAZ 2011)

contexto que, em 1944, se deu a criação oficial da Universidade do Haiti, oriunda da unificação formal das faculdades existentes (LOUIS-JUSTE 2003).

O movimento estudantil universitário já existia nesse momento e desde o princípio serviu como plataforma de luta contra-hegemônica, ao questionar as escolhas políticas dos líderes nacionais e como espaço emergente de debate e disputa política, ao reivindicar uma agenda popular. Chega-se mesmo a cogitar que, composto por estudantes como René Depestre e Jaques Stephen Alexis⁵, e alinhado a outros movimentos populares, tenha sido o responsável pela queda, em 1946, do então presidente haitiano, acusado de proteger os interesses da elite mulata. Essas, me parecem, são algumas das características que marcaram a atuação do movimento estudantil universitário no Haiti ao longo de sua história: a ação em concerto com outros setores da sociedade civil; a incorporação de demandas dos segmentos populares haitianos à agenda especificamente universitária; o discurso marcado pela invocação de grandes feitos históricos, entre os quais se sobressai a Revolução de 1791; o impacto político, capaz de provocar a queda de autoridades governistas.

Durante a ditadura Duvalier (1957-1986) o caráter eminentemente contestatório do movimento encontrou seu ápice. Em 1960, mesmo ano em que foi oficializada a criação da União Nacional dos Estudantes Haitianos (UNEH), *Papa Doc* instituiu, mediante Decreto, a renomeação da Universidade do Haiti, doravante chamada “*Universidade de Estado do Haiti*”. Com a mudança de nome, veio a previsão de que a gestão da Universidade seria, a partir daquele momento, centralizada pelo Estado⁶ e o entendimento de que “*todo estudante compõe a futura elite dirigente e, portanto, deve trabalhar para a sobrevivência do Estado e não contra ele*” (DUVALIER apud LOUIS-JUSTE 2003c). No preâmbulo do Decreto, fez-se menção, ainda, à necessidade de reorganização da Universidade do Haiti de forma a “*impedir que se transforme em antessala para as ideias subversivas do comunismo internacional*” (idem).

Essa iniciativa, que, na opinião de alguns intelectuais haitianos foi uma tentativa de transformar a Universidade do Haiti em uma “*Universidade Imperial*” (CASTOR 1992) ou “*Universidade de um único chefe*” (FRITZ-DESOMMES 2002), foi entendida pelos mesmos como resposta direta à uma mobilização estudantil realizada algumas semanas antes, denunciando a prisão arbitrária de um membro da UNEH e exigindo sua soltura. A ação, que colocou a UNEH e sua postura contestatória em evidência, confirmando o entendimento de que se tratava de uma reunião “*de jovens forças democráticas haitianas, bem alinhada ao*

⁵ Ambos, consagrados romancistas haitianos.

⁶ A centralização da gestão fez com que a nomeação de Reitores e Diretores seja atribuição do Governo que, indiretamente, passou a controlar também a formação do corpo docente e discente e a definição dos currículos.

discurso da esquerda” (LOUIS-JUSTE 2003b), evidenciou, nesse momento histórico marcado pelo controle, repressão e violência, uma forte identificação - ao menos dentro dos limites nacionais - da Universidade de Estado do Haiti com seu movimento estudantil, apoiado por parte dos professores⁷.

O temor do governo em relação a organizações juvenis nesse período era tamanho a ponto de orientar, no mesmo documento em que se instituiu a UEH, a dissolução da UNEH e de todas as organizações de jovens do país⁸. Além disso, estabeleceu, como requisito de admissão à Universidade, atestado de “*não pertencimento a organizações comunistas ou quaisquer associações declaradas suspeitas pelo Estado*” (CASTOR 1992). Seguiram-se episódios de sequestro, prisão, tortura e morte de centenas de estudantes e o exílio de dezenas de professores.

Assim como no Brasil e grande parte da América Latina, a atitude estatal repressiva longe de desmobilizar, contribuiu para elevar o grau de politização da comunidade universitária. Ao lado de outras organizações populares, comunidades eclesiais de base e do movimento sindical, o movimento estudantil da UEH formou um dos mais importantes centros de resistência organizada à ditadura no Haiti, sendo distinguido, ao lado desses movimentos, como um das grandes responsáveis pela queda do regime, com a fuga de Jean Claude Duvalier para a França, em meados da década de oitenta.

Parece-me, ainda, que por meio dessa articulação virtuosa com a sociedade civil organizada, com a qual realizou o enfrentamento/questionamento público do autoritarismo de Estado, a Universidade haitiana fez circular valores cívicos e “vontade de democracia” em pleno Estado de Exceção. Como se essas práticas mantivessem, de algum modo, a liberdade e a democracia vivas no Haiti, ainda que sob a forma de reivindicação, sonho e esperança. Esses saberes/fazer dialogam com o que o crítico cultural Henry Giroux compreende como responsabilidade própria da Universidade enquanto espaço público: “*lutar contra a injustiça, mas também organizar as paixões coletivas no sentido de impedir o sofrimento humano e as formas diversas de não-liberdade ligadas à dominação e à exploração*” (GIROUX apud GUILHERME 2004). Essa “pedagogia da responsabilidade”, advogada por Giroux, (que

⁷ Grande parte, entretanto, dos professores que se opunham à ditadura, deixaram o país para exilarem-se no México, na Venezuela, em Cuba, no Canadá e nos Estados Unidos. O abandono do país passou a ser visto como a forma mais contundente de expressar repúdio, a tal ponto que daqueles intelectuais/artistas que não o faziam, suspeitava-se serem apoiadores de Duvalier (TROUILLOT 1990: 177-181).

⁸ Em minha estada no Haiti, lembro de conversas com jovens reconhecidos como lideranças políticas na região de Jeremie (Grande Anse), que, ainda naquele momento – meados de 2008 – temiam serem assassinados por remanescentes de *tonton makoutes*.

encontra eco na obra de Dewey, Freire, Arendt e tantos outros), compreende o papel da Universidade enquanto espaço de aprendizado/troca/construção de valores éticos e práticas políticas, no quais “*as noções de bem público, as questões públicas e a vida pública se tornem centrais e prevaleçam sobre a linguagem de mercado, privatizante e despolitizante*”(idem). A impressão que temos é a de que, por meio da mobilização e da “experiência e vontade democráticas” acumuladas pelos estudantes nesse período, a pedagogia reivindicada por Giroux não apenas realizou-se, mas sobreviveu à violência e vigilância do período militar, até o final dos anos oitenta, e também à lógica desmobilizante do mercado, que imperou nos anos noventa em toda a América Latina.

Um dos desdobramentos desse aprendizado democrático vivido pelo movimento estudantil haitiano se deu logo na sequência da queda de Baby Doc. Aproveitando o momento favorável ao final da ditadura Duvalier, a Federação Nacional de Estudantes Haitianos (FENEH), reivindicando o legado da UNEH e invocando a luta dos estudantes de Córdoba⁹, mobilizou-se em torno de uma Reforma Universitária. Seus eixos centrais eram: a autonomia universitária; a participação democrática de estudantes, professores e técnicos nas eleições dos dirigentes da UEH; a liberdade acadêmica; e a autogestão financeira.

Entretanto, para além da Universidade nova que se exigia, com características marcadamente latino-americanas e herdeiras de Córdoba, o que se viu foram gerações de jovens que, ao mesmo tempo em que lutam para dotar a Universidade de autonomia e liberdade na eleição de seus dirigentes, na seleção de seus professores e de seu currículo, rechaçavam veementemente o imperialismo e a submissão de qualquer ordem aos grandes interesses estrangeiros. Essa tendência nos parece tipicamente latino-americana à medida que nesses contextos o problema enfrentado na Universidade esteve intimamente vinculado ao problema vivenciado no âmbito da política, e que diz respeito à insuficiência de um modelo de governo e desenvolvimento captada pelos universitários e geradora de uma situação conflitiva “*que no tiene por qué producirse en sociedades en que el modelo de desarrollo no*

⁹ A Reforma de Córdoba foi levada a cabo em razão da mobilização dos estudantes universitários argentinos que, em 1918, protestaram ativamente contra o ensino dogmático, a gestão fechada e burocratizada da Universidade, a ausência de liberdade de cátedra para os professores e reivindicaram, em meio a isso, o abandono do modelo de Universidade europeu e adoção de um tipicamente latino-americano. O episódio, que incentivou uma série de reformas semelhantes em toda a América Latina, é mencionado por OLIVEIRA e AZEVEDO (2008: 01) “*como um marco histórico incontornável para se compreender os demais processos de reforma universitária ocorridos na América Latina, o que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha por objeto a democratização da universidade e a defesa de princípios tais como: a) autonomia universitária; b) eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica; c) concursos para a provisão de cargos docentes; e) docência livre; f) assistência livre; g) gratuidade do ensino; h) renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; i) assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso j) extensão universitária; k) integração e unidade latino-americana.*” Para uma leitura mais aprofundada da Reforma, indicamos SADER, Emir; GENTILLI, Pablo; HABOITES, Hugo (org). *La Reforma Universitaria Desafíos y perspectivas noventa años después*. Colección Grupos de Trabajo CLACSO. Buenos Aires: CLACSO, 2008;

ha significado la frustración de un continente de 200 millones de hombres mayoritariamente hambrientos, enfermos y semianalfabetos” (MAGGIOLO 1977:13).

Nesse sentido, a Universidade haitiana, apesar do completo desconhecimento de seus vizinhos, seja em razão de sua solidão geográfica, seja em razão da língua falada no país, aproxima-se intensamente das demais Universidades latino-americanas em tempos de ditadura, em seus dramas e reivindicações.

O “golpe de Saurel” e a resposta política dos universitários

O início dos anos noventa, período que na maior parte dos países latino-americanos correspondeu ao retorno democrático, foi marcado, no Haiti, por um novo golpe militar, que retirou do poder o presidente democraticamente eleito, Jean-Bertrand Aristide. Nesse período, a comunidade acadêmica da UEH - assim como os demais movimentos populares, então apoiadores de Aristide - transformou-se num verdadeiro “*bastião da defesa do retorno à ordem constitucional*” (NASCIMENTO; THOMAZ 2010: 58), sofrendo intensa perseguição por parte do governo golpista. Novamente, centenas de estudantes foram presos e torturados, e muitos deles permanecem desaparecidos até hoje.

A volta de Aristide ao poder, em 1994, pelas mãos do mesmo país do qual se suspeitava ter apoiado o golpe - EUA -, não foi capaz, porém, de instaurar normalidade à convulsionada estrutura nacional. Na Universidade, teve início um período de greves marcado pela radicalização do movimento estudantil – frustrado com a mudança de Aristide - e pela estafa do corpo docente, ambos, outrora apoiadores, a partir de então, fortes opositores do governo de Aristide, que, cada vez mais, passou a apostar no uso da violência instrumentalizada por forças paramilitares, as já citadas *chimès*, não raro formadas por jovens e crianças recrutadas nas regiões mais pobres do Haiti.

O segundo mandato de Aristide (2001-2004) esteve marcado por episódios especialmente delicados de confronto com a Universidade e, mais especificamente, seu movimento estudantil. Eles nos interessam à medida que nos dão pistas importantes sobre o *status* da comunidade acadêmica e da própria Universidade em seu entorno, as preocupações que suscita e o modo como interage e é vista pela sociedade que a circunda, suas organizações e movimentos. Além disso, servem para que pensemos a dinâmica acionada pelo movimento estudantil e seu potencial pedagógico, político e democrático.

O mais emblemático desses eventos teve início com a decisão do Ministério de Educação Nacional – mais precisamente da Ministra Myrtho Celestin Saurel –, em 27 de Julho de 2002, de dissolver, unilateralmente, o Conselho Executivo da Universidade de Estado do Haiti, eleito em 1998, dentro da moldura de autonomia institucional regulamentada pelas Disposições Transitórias de 1997, no que ficou conhecido como “*golpe de Saurel*” (COLBERT, 2002). No mesmo ato, a Ministra determinou que o Conselho fosse imediatamente substituído por um comitê provisório, indicado pelo governo, que ficaria responsável pela condução de novas eleições e pela realização de “*algumas reformas no âmbito do Ensino Superior público*”, tendo como objetivo sua “*despolitização*” (idem).

A razão apontada pela ministra como fundamento do ato foi a expiração do período regulamentar de mandato do Conselho Executivo, reclamada por um grupo de alunos que reivindicavam a inelegibilidade do Reitor em exercício para um novo mandato, em uma manifestação realizada junto à Reitoria. A manifestação foi amplamente compreendida (DESHOMMES; LOUIS-JUSTE; CASTOR; COLBERT) como “*encenada*” e politicamente planejada pelo governo Aristide em uma “*tentativa de ingerência política sobre a UEH*”, parte de um provável “*plano de controle sobre a Universidade*” (COLBERT 2002) e, no limite, sobre “*todas as instituições públicas do país*” (LOUIS-JUSTE 2002).

A atitude de Saurel, definida como “*inaceitável*” e “*escandalosa*” pelo Reitor, foi veementemente condenada pelos conselhos Executivo e Universitário da UEH, que, utilizando-se das mídias independentes do país¹⁰, convocaram a sociedade civil haitiana a se rebelar contra essa “*ingerência inaceitável*”. A convocação foi endossada pela Federação Nacional dos Estudantes Universitários do Haiti, em um “*apelo à solidariedade e ao apoio na luta pela autonomia e independência da Universidade*” (GOSTON 2002). Neste apelo, convocou-se a população a uma marcha pacífica de protesto, encabeçada pela recém criada “*Frente de Resistência pela Defesa da Autonomia e Independência da UEH*”, composta por estudantes, alguns professores¹¹, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Durante as mobilizações que seguiram ocorrendo durante o ano de 2003 e início de 2004, a Frente de Resistência organizou uma “*Comissão de Reforma*”, responsável pela

¹⁰ Ao mencionar “mídias independentes”, referimo-nos, sobretudo, ao jornal ALTERPRESSE, auto-nomeado “veículo alternativo de informação no Haiti”, dirigido por jornalistas e sociólogos haitianos, mas também ao “AYITI KALE JE”, jornal independente de divulgação de notícias em *créole*, espanhol e francês e à Kiskeya, rádio comunitária haitiana, com sítio web próprio “<http://www.radiokiskeya.com>”. Há, entretanto, inúmeros outros veículos de informação semelhantes a esses.

¹¹ Pelo que foi possível compreender a partir das fontes consultadas, há duas frentes de organização dos professores da UEH: o *Sindicato de Professores Universitários* e o *Coletivo de Professores*. Enquanto o primeiro guarda uma distância considerável em relação ao movimento estudantil e às bandeiras levantadas pelos alunos, o segundo é apoiador intenso e presente na grande maioria das ações organizadas pelo movimento estudantil.

elaboração de um “*Quadro de discussão sobre a Reforma da UEH*”. Esse documento, quando finalizado, em maio de 2003, foi amplamente divulgado na capital Porto Príncipe, por meio das mídias já citadas¹². Trata-se de uma extensa pauta, onde os principais problemas e desafios da UEH foram listados e discutidos por seus autores, que, dessa forma, deixam antever seu entendimento da missão a que deve estar dedicada a Universidade Pública no Haiti.

Em sua introdução, a iniciativa de luta por independência e autonomia à UEH é apresentada como parte de um processo de “*engajamento pela democracia*” que pressupõe a descentralização, a admissão aberta e a democratização da UEH. Ainda na introdução, perguntas como “*a Universidade Pública haitiana pode contribuir à materialização do desenvolvimento social do país?*” e “*de que modo a reforma curricular, administrativa e de espaço físico da UEH pode contribuir à construção da Democracia no Haiti?*” são levantadas. Evidencia-se, aí, a vontade, que nos parece a coluna dorsal desse documento, de fazer da Universidade, a um só tempo, **laboratório de práticas democráticas e acervo de saberes ativos, posicionados, éticos, capazes de cumprir papéis políticos construtivos no desenvolvimento do país**¹³.

Na seção nomeada “*Quadro de referência da Reforma*”, ao mencionar-se a necessidade de reforma curricular, critica-se a “*transmissão de conhecimentos universalistas e generalizantes*”, propondo-se uma educação universitária situada, capaz de tornar-se “*agente de realização da síntese da herança deixada pelas civilizações ameríndia, africana e ocidental no Haiti*”, de forma que seu legado possa ser acionado na resolução dos problemas concretos enfrentados pelo país. Ressalva-se, nesse ponto, que o problema não está no conhecimento dito “*universal*”, mas no alijamento dos saberes “*criolos*” que compõem a identidade nacional, necessários à “*preservação da diversidade que compõe a unidade do povo haitiano*”¹⁴. Ainda, ao propor a reforma curricular como parte da reforma universitária,

¹² O documento está disponível em <http://www.alterpresse.org/spip.php?article506>

¹³ Essa postura de negação de uma “neutralidade científica” ou “ética” encontra na obra de Florestan Fernandes, sobretudo em seus escritos sobre a Universidade, um profundo defensor. Segundo o sociólogo brasileiro, “*para se alcançar o campo de ação concreto da renovação da história, é necessário que a Universidade saia de seu confinamento: afinal, para que servem se não estiverem a serviço dos homens comuns na crítica e na reconstrução da sociedade?*” (FERNANDES 2004). Também no já citado Darcy Ribeiro (1986:21) e sua denúncia dos problemas-desafios da Universidade Pública brasileira no final da década de 80, as reivindicações haitianas encontram eco: “*o saber ou a técnica, por competentes que sejam, nada significam, se não perguntam para que e para quem existem e operam, se não se perguntam a quem servem*”. Ou ainda, quando prega “*a responsabilidade de que o saber não seja inútil, mas sirva ao seu povo e ao seu tempo*”.

¹⁴ Mais uma vez, o encontro das reivindicações feitas pelos movimentos sociais haitianos com as ideias de Darcy Ribeiro nos parece interessante. Ao afirmar, no texto “Universidade para quê”: “*nosso caminho não será o soviético, nem o japonês, nem o canadense. Ninguém revive a história alheia. Cada roteiro trilhado por um*

propõe-se que a questão sobre “*que tipo de indivíduos pretende-se formar nessa Universidade?*” atue como balizadora das discussões a esse respeito, ao mesmo tempo em que se levanta a necessidade de um currículo capaz de inspirar as “*decisões econômicas, políticas e culturais a serem tomadas tendo em vista o benefício da população*”.

Na seção intitulada “*O serviço social e a pedagogia ativa do trabalho*”, postula-se, por meio da referida pedagogia, “*a possibilidade, de um lado, de sintetizar os conhecimentos universais e os saberes locais e, de outro, de revelar ao estudante o papel da prática na compreensão da realidade*¹⁵”. Acrescenta-se, ainda, que “*os problemas práticos que se apresentam como desafios ao desenvolvimento do país são importantes instrumentos pedagógicos para a sensibilização dos estudantes quanto ao papel que desempenharão na sociedade e na Universidade*”. Percebe-se, aí, a compreensão, amplamente encontrada na literatura haitiana, de problemas como desafios e oportunidades pedagógicas. Ainda nessa seção, afirma-se a importância do serviço social a ser prestado pela Universidade à comunidade na “*abertura do espírito ao outro*” e na “*manifestação de uma solidariedade concreta no processo de solução conjunta dos problemas vivenciados pela sociedade*”.

Quanto à “*Reforma administrativa da UEH*”, reivindica-se a gestão democrática da Universidade e a criação de uma vice-reitoria específica para a extensão, encarregada de “*difundir os conhecimentos produzidos e conduzir as atividades do serviço social em geral, funcionando como mediadora entre a sociedade e a Universidade e como observadora dos processos sociais*”. Clama-se, ainda, pela descentralização da UEH, que, como espaço principal da Educação Superior “*não pode permanecer concentrada na capital em razão dos centros ocidentais de pesquisa, devendo estender-se sobre todo o território nacional*”.

Infelizmente, não foi possível, a partir das fontes consultadas, saber se o documento produzido pela Frente de Resistência foi valorizado nas inúmeras discussões conduzidas sobre a reforma universitária. Ainda que sua simples elaboração - marcada pela cooperação entre movimento estudantil e outros movimentos sociais e setores populares - evidencie um esforço conjunto de pensar a Universidade de forma coletiva, solidária e generosa, para além dos cânones da excelência e competitividade ditados pelo mercado, imaginamos que a ausência de

povo no esforço para realizar, na civilização a que pertence, o seu destino, é um caminho próprio e único” (RIBEIRO 1986:24), também ele aposta na Universidade como esse espaço onde o país deve pensar a si próprio “*como problema*” e encontrar, a partir de suas peculiaridades, um caminho próprio e específico a orientar seu desenvolvimento.

¹⁵ Adivinhamos, aí, a influência do pensamento de Paulo Freire e, mais especificamente, de seu conceito de práxis educativa - “*A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade*”(FREIRE 1989) - sobre os membros da Comissão de Reforma. Como ficará evidenciado mais à frente, alguns professores da UEH, apoiadores do movimento estudantil, conheciam profundamente sua obra, como é o caso do Prof. Anil Louis-Juste.

uma resposta institucional deixe de completar um círculo democrático virtuoso iniciado pela mobilização estudantil.

No entanto, o reconhecimento do potencial democrático desses saberes/práticas e a preocupação com seu eventual desperdício (SANTOS) não é exclusividade desse trabalho. Ele também vem sendo feito no Haiti/pelo Haiti. Evidência disso é a reflexão de Anil Louis-Juste - naquele momento Professor da Faculdade de Ciências Humanas da UEH e membro do Coletivo de Professores - em editorial intitulado “*Estudantes Educadores e Professores Educados na crise de 27 de Julho*” (LOUIS-JUSTE 2002b). Nesse editorial, o professor exalta a saída do movimento estudantil às ruas, junto a organizações civis e movimentos populares, para reivindicar autonomia e independência à Universidade, enquanto “os *tecnicistas refugiavam-se em seus escritórios para pensar a democracia universitária*”, em sua opinião “*prova flagrante da dissociação entre teoria e prática e da dicotomia trabalho intelectual/manual em nossa prática educativa e eloquente expressão de nosso horizonte político*”. Louis-Juste identifica o momento crítico vivido como “*uma circunstância profundamente pedagógica*”, seja pelo encontro de práticas “de dentro” e “de fora” da Universidade que, ao cruzarem-se, reconhecem-se, legitimam-se, combinam-se e influenciam-se mutuamente, seja pela lição de *práxis democrática* dada aos professores pelos alunos¹⁶. Juste segue sua reflexão, citando inúmeros autores brasileiros, como Saviani, Gadotti, Chauí e sobretudo Freire¹⁷, na medida em que reivindica que a Universidade supere, como instituição, os paradigmas conservadores e tecnicistas impostos pelo capital, ousando tornar-se “*plural, democrática, popular e agente de transformação*”.

O editorial de Louis-Juste foi seguido por uma série de manifestações no mesmo sentido¹⁸, sinalizando uma evidente preocupação de professores, alunos e cidadãos em geral, com a atuação da Universidade Pública na realidade social que a atravessa e constitui. A discussão conduzida abrange a preocupação com a burocracia escolar/acadêmica que reveste a escola/universidade de uma aparência tecnicista, hermética, fundada no controle, na

¹⁶ Há, nessa construção, uma evidente inspiração *freiriana*, e seus conceitos de “*conhecimento relacional*” ou “*inter-relacional*”, “*que abre possibilidades aos sujeitos da relação da produção de interconhecimentos*” (FREIRE 2001), seja na concepção já citada de “*práxis*”.

¹⁷ Foi, para mim, uma grande satisfação constatar que os professores haitianos da área das Ciências Humanas e Sociais, apesar das barreiras linguísticas, conhecem e citam autores brasileiros. O Professor Louis-Juste cita e inspira-se no pedagogo Paulo Freire em inúmeros de seus trabalhos. Parece-me chegada a hora de estabelecer-se um diálogo produtivo com os pensadores haitianos, ainda profundamente desconhecidos entre nós, sobretudo na área da Educação. O próprio Louis-Juste é uma referência importantíssima aos estudos sobre juventude, universidade e sociedade em toda a América Latina.

¹⁸ Como o editorial foi publicado em um jornal virtual, as manifestações mencionadas consistem não apenas em outros artigos publicados (entre eles, o de Fritz Deshommes, em 27 de outubro de 2002), mas em comentários feitos ao pé da página do editorial de Louis-Juste e que podem ser acessados no link referido ao final.

hierarquia, nas estruturas, na eficiência e na impessoalidade, tidas como heranças do processo de mercantilização visto nos anos noventa em toda a América Latina, e cuja marca mais intensamente mencionada é o alheamento da Universidade em relação a seu entorno. É a esse alheamento, revestido com a suposta imparcialidade do tecnicismo, a que Louis-Juste parece referir-se ao mencionar como problema uma Universidade “*cujo discurso não é nem tolerante e nem cooperativo, mas puramente manipulador, ao servir aos objetivos políticos latentes*” (LOUIS-JUSTE id).

Ao se defender, nesse ponto, uma Universidade politizada, em contraponto à tecnicista, percebemos se defender, sobretudo, a noção de Universidade enquanto **espaço público de diálogo entre diferentes**, intercâmbio e construção conjunta de saberes, alicerçados em e revelados por meio de práticas democráticas e emancipadoras. Alexis (1970) - intelectual haitiano amplamente citado por Louis-Juste e antiga liderança estudantil - compartilha dessa concepção de **política** enquanto **movimento, possibilidade de mudança e inovação**, e aposta no papel ativo a ser desempenhado a partir da educação, que não deve reduzir-se a “*testemunhar o real e explicá-lo*”, devendo engajar-se em “*transformar o mundo*”. Para isso, “*o estudante deve tomar partido, ele deve ser um combatente*” (ALEXIS, 1970, pg. 152)¹⁹.

Este “tomar partido” de que fala Alexis e a que também se refere o Professor Louis-Juste, não diz respeito a partidarismos, trata-se de saber/fazer que se adquire na prática, por meio de uma formação que não seja estranha ao debate, à contestação, ao conflito, e tampouco às contradições que atravessam e constituem a realidade social. Esse processo, centrado no *conflito*²⁰ – entendido não como oposição à paz, mas como oposição à comodidade e à inércia – nos parece capaz de disparar os movimentos complexos de “*interrupção, ruptura e conexão*” de que nos fala Glissant em sua “*Poética da Relação*” (GLISSANT 1997a), aptos a **pôr fim** em saberes/práticas autocentrados e mesquinhos, **romper** com tradições autoritárias e/ou desmobilizantes e a ativar, **conectar-se** com novos saberes, práticas e relações na e entre Universidade e sociedade, constituidoras do que o autor concebe como política: “*esta urgência para cada um de nomear-se diante do mundo, isto é,*

¹⁹ Esse homem combatente lembra o *homem bom* esperado por Hannah Arendt, na medida em que se opõe ao sujeito conformado com o *status quo*. O *homem bom*, capaz de cuidar o mundo é, para a autora, aquele que se sente parte dele, conectado ao seu grupo, ciente de sua responsabilidade pelo que virá, já que ele é “*a promessa de ação e a ação é uma promessa de novos começos*” (ARENDR APUD COURTINE-DENAMY: 2004)

²⁰ Maffesoli (2008) falaria em harmonia conflitual para amenizar a carga negativa que paira sobre a palavra conflito. Eu, entretanto, opto por assumi-la assim, inteira e solitária, mas associada a novos significados, esvaziada de seu sentido puramente destrutivo.

esta necessidade de não desaparecer da cena do mundo e de contribuir, ao contrário, à sua ampliação” (GLISSANT 1981: 04)²¹.

Entendemos, assim, que as leituras negativas sobre a atuação do movimento estudantil no Haiti (THEOSMY 2010; GILBERT 2009), associando-o à desordem e à confusão, partem de uma concepção social fundada na **ordem**, e que, no Haiti, nesse momento histórico, está associada ao silêncio imposto, a uma paz artificial, mantida pela força e pela intimidação, a um desaparecimento forçado da cena do mundo, e/ou renúncia/desistência de contribuição à sua manutenção. Acreditamos, ainda, que a presença desse conflito coletiva e publicamente manejado, evidencia um importante posicionamento político desses jovens estudantes haitianos, **em oposição ao poder** (dentro e fora da Universidade) que teima em reproduzir uma lógica excludente, autoritária, e por isso injusta e antidemocrática no Haiti. A Universidade Haitiana e a atuação de seu movimento estudantil tornam-se, assim, eficiente observatório, verdadeiro termômetro democrático no país.

As “doenças” diagnosticadas e as “receitas” prescritas à UEH nos relatórios internacionais

Diante do panorama geral dos relatórios e planos de ação dedicados ao Haiti por ONGs, OIs, institutos de pesquisa e observadores governamentais presentes no país, especialmente após o terremoto de 2010, o montante dedicado ao ensino superior em geral, e à UEH em particular, é bastante reduzido. Encontramos, nesse sentido, quatro relatórios: I) Rapport de mission réalisée du 22 mai au 4 juin 2005, elaborado pela Canadian International Development Agency (CIDA) e publicado em 2005; II) The Haitian Diaspora & Education

²¹ Para Glissant, a política é compreendida enquanto espaço onde indivíduos, grupos ou mesmo povos distintos se relacionam, fazendo emergir mundos, criando “o diverso” onde antes só havia “o mesmo”, como constata-se na seguinte fala: “o Diverso é teimoso. Ele nasce em toda parte. O que se chama em toda parte a aceleração da história, provem justamente da saturação do Mesmo, como de uma água que transborda de seu continente e desbloqueia em toda parte a exigência do Diverso. Esta aceleração, levada pelas lutas políticas, fez com que os povos que ainda ontem povoavam a face escondida da terra (como houve durante muito tempo uma face escondida da lua) tivessem que nomear-se diante do mundo totalizado. Se não se nomeassem, amputariam o mundo de uma parte de si mesmo. Esta nomeação assume formas trágicas (guerra do Vietnam, esmagamento dos palestinos, massacres na África do Sul), mas passa também pelas expressões político-culturais: salvamento dos contos tradicionais africanos, poemas engajados dos militantes, literatura oral (oralitura) do Haiti, consenso difícil dos intelectuais antilhanos, revolução tranqüila no Quebec”. Diríamos que a supressão do Mesmo para o nascimento do Diverso também passa pela atuação dos movimentos estudantis no Haiti. O eco que a fala de Glissant faz ao já citado Henri Giroux e à Hannah Arendt, com sua noção de política como espaço oposto ao deserto – onde os homens encontram-se esmagados e iguais nessa supressão da diferença – é inegável. Para todos, ela é a responsável pela manutenção da existência de mundo. Ao projetarmos esses conceitos à realidade da Universidade Pública em países marcados pelo autoritarismo de Estado como o Haiti, há sempre o temor de que ela se deixe contaminar pelo deserto que predomina em nível institucional e afaste-se da política, enquanto espaço para diálogo, resistência e experimentação. Felizmente, não é o que parece acontecer no país.

Reform in Haiti - Challenges & Recommendations, elaborado pela Columbia University - Bureau of Haiti's Special Envoy to the United Nations and the Social Science Research Council (SSRC) e publicado em Maio de 2011; III) Special Report – Education and Conflict in Haiti: rebuilding the Education Sector after the 2010 Earthquake, elaborado pelo United States Institute of Peace (USIP) e publicado em 2010; VI) Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti, elaborado a pedido do Ministério da Educação do Brasil e publicado em Maio de 2010. Como este último tem como foco reportar o estado em que se encontram as estruturas físicas da UEH pós terremoto, resolvemos deixá-lo de fora da análise.

Há diversas observações a serem feitas, de modo preliminar, sobre esses documentos: a) Todos eles foram elaborados por estrangeiros em visita ao país ou simplesmente de fora, a partir de outros relatórios; c) A maioria dos relatórios foi produzida a partir de solicitação governamental, todos com fim de intervenção/cooperação; d) Com exceção do primeiro relatório, todos foram elaborados após o terremoto de 2010; e) Percebe-se que os relatórios citam-se uns aos outros, na medida em que vão sendo publicados.

Quanto a seu conteúdo, pudemos observar que todos eles utilizam, em maior ou menor medida, como fontes de pesquisa e informação sobre a Universidade Haitiana e o próprio Haiti, dados divulgados pelo Banco Mundial (BM), pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), pela United States Agency for International Development (USAID), pelo Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional do Haiti (MENFP) e pela própria Universidade de Estado do Haiti, seja por meio de documentos, seja por meio de conversas e entrevistas realizadas com sua comunidade acadêmica. Enquanto os últimos são mais utilizados na realização do diagnóstico da situação do Ensino Superior no Haiti e de seu marco legal, os primeiros são utilizados, na maioria dos casos, como referencial para as soluções propostas e/ou objetivos/modelos a perseguir.

Nota-se, dessa forma, que o campo de produção discursiva e analítica, que acaba conduzindo a ação e intervenção em relação ao Ensino Superior haitiano é formado, essencialmente, pelos atores citados, acrescidos por agências canadenses e europeias de cooperação. Essa informação é endossada pelo Plano Operacional 2010-2015 para a educação haitiana, elaborado por uma Comissão tripartite composta pela Comissão Presidencial em Educação e Treinamento do Haiti, pelo Ministério da Educação e Formação Profissional do Haiti e pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD).

Por outro lado, não há citação ou referência expressa, em nenhum dos documentos, ao “*Quadro de discussão sobre a Reforma da UEH*”, elaborado pelo movimento estudantil e outros segmentos sociais em 2003 e já analisado nessa dissertação, ainda que, no relatório elaborado a pedido do Ministério da Educação brasileiro, a menção ao movimento estudantil haitiano e à vitalidade da vida acadêmica na UEH seja frequente.

Já nesse ponto podemos perceber a divisão evidente que se impõe entre o olhar estrangeiro e o olhar haitiano, ainda que esse olhar seja o de estudantes universitários haitianos. Aquele, autorizado a olhar, penetrar e invadir o espaço “inviolável” da Universidade haitiana e, na mesma medida, do Haiti, enquanto país periférico, reforçando sua subalternidade. Esse, sempre objeto de (super)visão, jamais requisitado em sua capacidade de olhar. Essa relação de subalternização nos remete à fala de Nelson Maldonado Torres sobre as continuidades coloniais no mundo contemporâneo:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta idéia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial, utilizando-se, entre outras, da idéia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (TORRES, 2007, p. 131).

Entendemos, assim, que na geopolítica determinada pela “colonialidade do saber” (MIGNOLO 2003), não há espaço para o olhar do movimento estudantil sobre os problemas e rumos de sua própria Universidade, no limite, porque se tratam de haitianos e, ser haitiano, nessa geografia, significa ser negro, pobre, atrasado, supervisionado, estudado, conduzido, “apoiado” e, conseqüentemente, não ter direito à voz.

Em virtude do espaço reduzido, analisaremos apenas o relatório elaborado pela United States Institute for Peace (USIP), apresentado no próprio relatório como “Instituto independente e não partidário” apesar de “criado e financiado pelo Congresso Americano” que, sem dúvida, é um dos mais intrigantes. Além de identificar, em boa medida, problemas de infra-estrutura e gestão já mencionados pelos relatórios anteriores, inova ao classificar o ensino superior haitiano – e, ainda que não faça menção expressa, refere-se a seu movimento estudantil - como questão de segurança nacional, responsável, “*de diversos modos, pela eclosão de conflitos políticos e sociais no Haiti*” ao “*exacerbar as tensões e provocar agitação destrutiva*”. Essa “agitação destrutiva” diz respeito a “*manifestações em massa, que*

vêm resultando no fechamento de unidades da Universidade, destruição de edifícios, material escolar e equipamentos". Imaginamos que essa "tendência ao conflito" identificada pelas pesquisadoras do USIP nos estudantes universitários haitianos refira-se ao mesmo "excesso de politização" apontado pelos pesquisadores canadenses no primeiro relatório analisado.

As autoras do Relatório, em determinado ponto, admitem que os estudantes também foram vítimas de governos autoritários, sofrendo com a violência imposta por eles, mas apenas para constatar que esses fatos contribuíram para que respondessem, por sua vez, com igual violência. Outra causa apontada como provável intensificadora da "disposição dos estudantes ao conflito", apresentada em seção denominada "Violência e Desigualdade nos currículos" é o currículo escolar, que, na opinião das autoras, ao conferir atenção demasiada a episódios da história haitiana marcados pelo confronto, seja contra franceses, americanos ou entre os próprios haitianos, "fomenta a violência nas mentes dos alunos haitianos". Essa "disposição ao conflito" somada a fatores identificados como "históricos" como a proliferação de armas entre os jovens, o tráfico de drogas e os índices de violência crescentes "que costumam acometer pessoas em circunstâncias econômicas desesperadoras" – apesar de não haver citação de qualquer fonte que os comprove - apenas intensificariam "*o potencial criminal que circunda os estudantes haitianos*".

Percebemos, aqui, que o movimento estudantil haitiano é despojado de toda a sua potência democrática e historicidade, numa evidente manipulação negativa de seu sentido/atuação, que passam a ser compreendidos como mera força destrutiva. Que este relatório tenha sido elaborado por uma instituição ligada ao Congresso Norte-Americano, e que tenha sido difundido dentro do país com um dos maiores contingentes de ONGs presentes no Haiti, apenas agrava o impacto de seu conteúdo.

Esse relatório evidencia, de modo contundente, a relação essencialista entre pobreza e violência, e entre juventude e violência, além de compreender a tradição histórica de luta, confronto e resistência do movimento estudantil da UEH como questão de segurança nacional, comportamento quase criminoso, a ser combatido por meio de uma educação que, em nome da paz, deve ser despojada de suas referências históricas. Isso nos soa como se, livres da compreensão histórica que impele à indignação e à mobilização social por transformação, os jovens estudantes haitianos simplesmente adaptar-se-iam à vida levada, tornando-se os players, definidos por Hannah Arendt (apud COURTINE-DENAMY 2004:63) como aqueles que se adaptam às regras do jogo ao invés de transformá-las por meio da política.

Todos os Relatórios aqui analisados sinalizam a necessidade de transformar a UEH ora em “Universidade de Padrão Internacional”, ora em Instituição adaptada ao mercado. Não há, em qualquer deles, menção ao documento produzido pela Frente de Resistência, que sinaliza os contornos da Universidade desejada pelos próprios haitianos, alunos, professores, sociedade civil. A tendência é a análise dos “problemas” da UEH a partir de um modelo hegemônico e o apontamento de sugestões para que se aproxime desse modelo. Fica evidente, em todos os casos, o descompasso em relação às características que deveriam marcar uma “Universidade Nova” na concepção já apresentada do movimento estudantil e também na do coletivo de professores, evidenciadas no artigo “A práxis da solidariedade: Base para uma filosofia haitiana da educação”, assinado por Louis-Juste. No lugar de um “modelo de universidade internacional”, estes movimentos clamam por uma Universidade “solidária”, “popular”, “agente de transformação”, onde os saberes/fazeres ameríndios, africanos e ocidentais integrem os currículos, permitindo que inspirem um modelo de desenvolvimento tipicamente haitiano, comprometido com as peculiaridades e potencialidades de seu povo. Percebemos esse acervo de saberes e práticas como repertório epistemológico alternativo, “epistemologia do Sul”, como a proposta por Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (2009: 49), na medida em que, valorizando o complexo mosaico multicultural que constitui o Haiti, e resistindo ao epistemicídio levado a cabo por visões hegemônicas que se apresentam como únicas, refletem um *“pluralismo epistemológico que reconhece a existência de múltiplas visões que contribuem para o alargamento dos horizontes da mundaneidade, de experiências e práticas sociais e políticas alternativas”*. Ao negá-las, ainda que bem intencionados, os Relatórios aqui apresentados seguem cometendo o epistemicídio mencionado.

As conclusões possíveis

Há algumas questões, ao final dessa trabalho, cuja retomada acreditamos importante: I) as contradições entre a Universidade Pública sonhada e reivindicada pelos movimentos sociais haitianos e aquela que se deseja implementar “de fora”; II) a suspeita de que um dado “haitianismo” vem conduzindo as percepções, conclusões e recomendações do centro hegemônico - materializado nas agências estrangeiras/internacionais presentes no país, mas também nos governos e institutos de pesquisa que o analisam de fora - sobre o Haiti de modo geral, e sobre a Universidade de Estado do Haiti em particular.

Em nossa análise sobre a atuação do movimento estudantil, buscamos evidenciar o modo como, junto às reivindicações especificamente relacionadas à educação, realizam um questionamento de fundo, que diz respeito ao modelo de desenvolvimento que se deseja para o país. Essa reorientação passa pelo novo modelo de Universidade desejado e projetado pelos estudantes. Esse modelo propõe uma Universidade atenta ao seu entorno, aberta e democrática na admissão de seus alunos, interdisciplinar na forma de trabalhar os conteúdos curriculares, forte na pedagogia ativa do trabalho, responsável e solidária em sua atuação social e politizada, na medida em que se envolve com os problemas do país e da comunidade e é capaz de promover transformação.

Por sua vez, a Universidade propagada como paradigma a ser seguido pelos centros de cooperação obedece ora a um modelo de “*Universidade de padrão Internacional*”, elitista na seleção de seus alunos, forte na pesquisa e baseado em rankings de desempenho ditados pelos “vencedores”, ora por um modelo que prega a privatização progressiva dos espaços públicos e a adequação da Universidade à lógica de mercado. Ambos são reconhecidos como estranhos à ajuda mútua, à solidariedade e ao engajamento político-social. Estranhos, assim, a um modo de agir que inspirou os estudantes em sua luta conjunta e solidária aos movimentos sociais e em sua atuação no cenário de crise do terremoto. Estranhos, de modo ainda mais forte, ao que, nos parece, a Universidade Pública haitiana necessita para reconstruir-se e auxiliar a reconstrução do país.

É importante esclarecer, nesse ponto, que não se defende aqui um Ensino Superior utilitarista e, portanto, limitado, mas, ao contrário, um modelo aberto, generoso e responsável. Ainda, percebe-se que o modelo sugerido pela Frente de Resistência pela Defesa da Autonomia e Independência da UEH substitui a unilateralidade da relação academia-sociedade pela interatividade entre ambas, numa relação de “fertilização recíproca” e reconhecimento mútuo.

Vemos, nas reivindicações feitas pelo movimento estudantil da UEH, materializadas sobretudo no “*Quadro de Discussão para a Reforma*”, uma clara defesa do conhecimento definido por Boaventura (2008) como pluriversitário, a determinar os contornos de uma Universidade Nova. Isso não implica dizer que a Universidade de Estado, como um todo, defenda essa mudança revolucionária. Ao contrário, há denúncias, nessa dissertação, de que ela seria uma instituição conservadora e elitista, daí a mobilização por sua reforma. No entanto, ela não é deserto - como define Hannah Arendt os contextos marcados pela supressão da pluralidade -. Ela permite o desvio por onde se infiltra o diverso, o novo, a possibilidade.

Quanto ao segundo aspecto a ser retomado, que sugere a existência de um “haitianismo” criado e difundido pelo centro hegemônico e responsável pela caricaturização do país, percebemos que está presente nos diagnósticos realizados sobre a Universidade Haitiana na medida em que, conforme exposto, suas potências são silenciadas enquanto suas carências ganham destaque. Apresenta-se, ainda, no completo desprezo – ou simples ignorância - pelos documentos já produzidos por estudantes haitianos, junto a outros movimentos sociais e organizações populares sobre a mesma temática. Tudo se passa como se nem os atores e tampouco suas considerações, fossem considerados legítimos ou relevantes ou, ainda, como se o “problema” da Universidade Pública, seus limites e desafios, não houvesse sido sequer formulado por sua comunidade acadêmica, reduzida, assim, a uma “docilidade” que não a caracteriza. Como tentamos demonstrar, a comunidade acadêmica da UEH não é dócil, não é débil, não tem de ser salva, é, ao contrário, capaz de questionar, agir e intervir.

Acreditamos que esse “haitianismo” venha sendo intensamente difundido, publicado e repetido em razão do significativo papel que desempenha na justificação e legitimação de todo um aparato de ajuda e intervenção internacional, cuja necessidade seria colocada à prova ao reconhecer-se a sociedade civil haitiana, suas organizações, movimentos e lideranças como capazes, potentes e profundamente engajados na condução autônoma, independente e democrática do país.

Mais: temos a impressão de que esse discurso (neo)colonial vem acompanhado pela cisão do espaço físico do Haiti atual, que lembra o mundo colonial, dividido em dois, descrito por Fanon no primeiro capítulo dessa dissertação. Há uma separação profunda e evidente entre o mundo habitado pelo *staff* internacional, em seus hotéis, mansões e carros de luxo, com seus restaurantes, bares e praias privadas e o mundo dos haitianos comuns, com suas casinhas simples, seus mercados de rua e agora seus campos de refugiados.

Não sabemos se uma intensidade democrática tal, como a exigida pelo movimento estudantil haitiano, pode ser conquistada em um país com tal cisão.

Não sabemos, tampouco, se ela pode se dar em um país ocupado por tropas estrangeiras, onde tanques circulam pelo espaço público e milhares de soldados com armas em punho dividem as ruas com a população. Parece-nos difícil, ainda, que tal intensidade seja alcançada enquanto os atores chamados às decisões públicas forem organismos internacionais ou empresas estrangeiras e onde ONGs administrem o modo como as doações que chegam ao Haiti serão utilizadas. A impressão que temos é a de que, antes de tudo, é necessário retomar

o sentido do (e o espaço!) público, experimentar mais uma vez autonomia e independência política e retomar nas mãos os rumos de seu próprio país. Como e quando isso se dará? Poderá, a Universidade Pública, contribuir, também nesse sentido? Qual será o seu lugar nesse Haiti que busca reconstruir-se e, na mesma medida, retomar sua autonomia? Evidentemente, essas questões – absolutamente complexas – não podem ser respondidas nessa dissertação e nem devem ser respondidas por uma estrangeira.

Se uma das intenções desse trabalho - a de trazer à tona as narrativas silenciadas sobre o Haiti e sua Universidade – teve algum sucesso, o leitor não duvidará que os haitianos - sua juventude! Seus movimentos populares! - são absolutamente capazes de formular suas próprias boas respostas. Talvez já as tenham formulado... Que lhes seja dado o direito ao grito!

Referências

CASTOR, Susy. *Étudiants et Luttés Sociales Dans la Caraïbe*. Porto Príncipe: CRESFED, 1992;

COLBERT, Ronald. Tentative de Mise em Cuope réglée de l'Université d'Etat d'Haiti. Análise publicada em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information* em 29 de Julho de 2002;

DESHOMMES, Fritz. *Universté et Luttés Democratiques en Haiti*. Porto Príncipe, 2002;

LOUIS-JUSTE. Anil. Étudiants éducateurs et professeurs éduqués dans la crise du 27 juillet. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe – Haiti, 23 de Outubro de 2002 (2002b). Disponível em:
<http://www.alterpresse.org/spip.php?article30> Acesso em: 10 jan. 2013;

_____. L'autonomie universitaire em mouvement: Élections rectorales contre Réforme de la Participation. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe –Haiti, 28 de Abril de 2003 (2003b). Disponível em:
<http://www.alterpresse.org/spip.php?article475> Acesso em: 10 jan. 2013;

_____. Pour l'admission ouverte à l'Université d'État d'Haiti. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe –Haiti, 3 de Março de 2003. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article413> Acesso em: 10 jan. 2013;

_____. Université et Citoyenneté en Haiti. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe –Haiti, 15 de Outubro de 2003 (2003c). Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article798> Acesso em: 10 jan. 2013;

PIERRE-LOUIS, François. Earthquakes, Nongovernmental Organizations, and Governance in Haiti. In *Journal of Black Studies*. No.42, vol.2, SAGE publications: UK, 2011, pp 186–202. Disponível em <http://jbs.sagepub.com/content/42/2/186>. Acesso em: 12 jan. 2010;

THEOSMY, Francesca. Haiti-Université: Les conditions de la reprise. Entrevista publicada em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe - Haiti, 4 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article9574>. Acesso em: 10 Jan. 2013;

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1995;

DAMATO, Diva. *Édouard Glissant: poética e política*. São Paulo: Anna Blume, 1996;

FREIRE, Paulo. *A pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001;

GLISSANT, Édouard. Espaço fechado, palavra aberta. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 3, n.7, Dez.1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Dez. 2012;

_____. *Poetics of Relation*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997a;

_____. *Traité du Tout-Monde*. Paris: Gallimard, 1997;

GUILHERME, Manuela. Qual o papel da Pedagogia Crítica nos estudos de língua e cultura? Uma entrevista com Henry A. Giroux. In *Language and Intercultural Communication*. No.6, vol.2. England: Multilingual Matters, 2004;

MAGGIOLO, Oscar J. La universidad latinoamericana: Un ensayo sobre su interpretación. *Nueva Sociedad*. No 33, noviembre/diciembre 1977;

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167;

MENESES, Maria Paula G. Outras vozes existem, outras histórias são possíveis. In GARCIA, Regina Leite (org.) *Diálogos Cotidianos*. Petrópolis, RJ:DP et Alii, 2010.pg 247-265;

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. De Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2003;

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986;

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 3ª ed. São Paulo: Editora CIA das Letras, 1990;

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São. Paulo: Cortez, 2000;

_____; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Aledina 2009;

THOMAZ, Omar Ribeiro. Pensar o Haiti, Pensar com o Haiti. Texto publicado no Blog “*Prosa e Verso*” do Jornal O Globo, em 23.01.2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/01/23/pensar-haiti-pensar-com-haiti-358045.asp>. Acesso em: 12 Dez. 2012.

_____. Haitian elites and their perceptions of poverty and of inequality. Em REIS, Elisa P. ; MOORE, Mick (org). *Elite and Perceptions of Poverty & Inequality*. 1ª ed. London/New York: Zed Books, 2005;

CONSEIL DE L'UNIVERSITÉ D'ÉTAT D'HAÏTI. *Lettre à la Nation*. Publicada em Alter Presse – Réseau Alternatif haïtien d'information. Porto Príncipe – Haïti, 15 de Dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article947>. Acesso em: 10 Jan. 2013;

FRONT DE RÉSISTANCE POUR L'INDÉPENDANCE ET L'AUTONOMIE DE L'UEH. *Cadre de discussions sur la Réforme de l'UEH*. Pourt-au-Price-Haïti, 20 mai 2003. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article506>. Acesso em: 3 Jan. 2013;

LUZINCOURT, Ketty; GULBRANDSON, Jennifer. Education and Conflict in Haiti: rebuilding the Education Sector after the 2010 Earthquake. Special Report. *United States Institute of Peace*. Washington: August, 2010. Disponível em: <http://www.usip.org/files/resources/sr245.pdf> acesso em 23 Jan. 2012;

NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. *Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haïti*. Ministério da Educação. Brasil: Maio de 2010;